

Dissociação entre plano, projeto e intervenções urbanas

Dissociation between plan, project and urban interventions

Wesley da Silva Medeiros

Mestre pelo Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP).

E-mail: wesley.arquitetura@usp.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6005-202X>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 8, n. 2, p. 143-163, Julho-Dezembro, 2019 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2019.v8i2.3674>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor-chefe: Marcos L. S. Oliveira

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

Este artigo desenha um quadro teórico do que seja plano, projeto e intervenção urbana. Levar-se-á em conta o contexto de mudanças e permanências na realidade urbana brasileira a partir dos anos 2000, os quais negam a historicidade dos tipos de intervenção urbana (a partir dos princípios: revitalizar, requalificar e reabilitar) como sendo conceitos conduzidos por uma ação pública relativa aos financiamentos urbanos. Para tanto, propõe-se uma reflexão sobre a dificuldade semântica dessas terminologias no ensino, na pesquisa e em ações públicas. Por isso, o procedimento do artigo é dedutivo, executado por meio de premissas gerais e específicas, com as quais se formulam evidências que discutam a realidade urbana brasileira, a questão semântica do plano, projeto e intervenções urbanas. Além disso, questionar-se-á a questão semântica acerca do que são os projetos urbanos, e o problema conceitual por trás das interpretações da literatura e a lacuna de estudo, levando-se em conta o tema das mutações urbanas tendo em vistas políticas, planos e programas ao financiamento urbano. Desse modo, conclui-se que o plano é uma fração do planejamento urbano; o projeto urbano, uma consequência direta do urbanismo. Os dois juntos se constituem, portanto, como um pensamento teórico, materializado pelas Operações Urbanas, e que conduz financiamentos públicos e privados. A intervenção, por sua vez, parece ser apenas o resultado técnico do pensamento teórico anterior e, portanto, uma definição onde se encontra o desenho urbano que detalha e aplica princípios ergonômicos com base na eficácia do plano e do projeto urbano. Certo da polêmica por trás das preposições teóricas, hipóteses e questões de pesquisa, ressalta-se o esforço introdutório deste artigo e a atualidade dos sentidos de urbanismo para o ensino, a pesquisa e o poder público.

Palavras-chaves: Operações Urbanas. Urbanismo. Planejamento Urbano. Intervenções urbanas.

Abstract

This paper draws a theoretical framework of urban plan, project and intervention. It takes into account the context of changes and permanence in the Brazilian urban reality since the 2000s, which deny the historicity of the types of urban intervention (revitalize, requalify and rehabilitate) as being concepts driven by a public action towards the urban financing. Therefore, it is proposed a reflection on the semantic difficulty of these terminologies in teaching, research and public actions. Therefore, the procedure of this article is deductive, carried out through general and specific premises whereby we derive evidences to discuss the Brazilian urban reality, the semantic question of urban planning and urban interventions. Furthermore, we tackle the semantic question of what urban projects are and the conceptual problem behind it, taking in account diverse interpretations of the literature and the study gap in what concerns the urban change driven by policies, plans and programs to the financing of urban projects. Thus, we conclude that the plan is a fraction of urban planning; the urban project, a direct consequence of urbanism. Both constitute, therefore, a theoretical thinking materialized by Urban Operations which conduct public and private financing. Intervention, in turn, seems to be only the technical result of previous theoretical thinking, therefore, a definition where urban design is found, detailing and applying ergonomic principles to the effectiveness of the urban plan and project. Certain of the controversy behind the theoretical prepositions, hypotheses and research questions, we highlight the introductory effort of this article in the light of the actuality of the meanings of urbanism for teaching, research and the public power.

Keywords: Urban Operations. Urbanism. Urban planning. Urban interventions.

1 Introdução

Mutações¹ tem sido tema dos ciclos de filosofia organizado pelo filósofo, professor e jornalista Adauto Novaes sobre a ideia das transformações no campo da ética e da política no decorrer da História. Elas alteram não apenas o comportamento social de uma comunidade, mas também as formas e conteúdos espaciais² onde a vida pública acontece. Portanto, alteram a cidade, no que desrespeito à vida pública, além das habitações em relação à vida privada. Essas mesmas mutações são responsáveis pelo retorno da cidade e do urbano ao debate do pensamento urbano contemporâneo, enlaçados pela normatização do Estado e orientados a ações e intervenções sociopolíticas no espaço subjetivo, concreto e híbrido.

O urbano brasileiro não é um objeto fácil de entender; tampouco é fácil pesquisá-lo ou ainda interpretá-lo. Isso, muito menos quando o Estado intervém em seus conteúdos e formas espaciais deslocados do que seja o pensamento e o conhecimento sobre o urbano. O ato de intervir não é isolado em si, já que as formas urbanas não são isoladas, mas entrelaçadas a essências humanas dificilmente mensuradas pelo objetivismo científico. Isso porque a sociedade urbana compreende a desordem pelos conflitos e contradições no campo da ética e da política. Sem essa dualidade não haveria a experiência urbana compreendida no campo das emergências, permanências, contingências, necessidades, carências e contra hegemonias do tempo presente.

Por isso, é próprio de países com periferias tão definidas como o Brasil que tenham pactos políticos de valorização da vida urbana, constituindo e instituindo mutações pelas formas e funções espaciais onde a vida acontece. A largos passos, a Constituição Federal de 1988 (CF 88) proporciona o debate de uma cidade possível, que nos anos 2000 recebeu inúmeras normatizações otimistas no sentido coletivo da vida urbana (isto é, normatizada por legislações orientadas por políticas nacionais de desenvolvimento e crescimento). Seus fundamentos, ademais, deram abertura necessária ao espaço da contingência nos anos 2000 para políticas nacionais de combate à pobreza, novas estratégias sociais e econômicas, além de novos arranjos institucionais.

Por isso, pode-se dizer que o Estado e instituições debruçaram-se nas últimas décadas sobre temas como: a cidade; o urbano, o rural, o campo e a economia; o

-
- 1 Tem sido tema trabalhado não apenas na filosofia, mas também na arquitetura e urbanismo e nos estudos urbanos do atual período histórico. Este artigo é resultado das primeiras impressões teóricas entre dissociações das terminologias a serem tratadas ao longo do texto.
 - 2 Importante ressaltar que o espaço urbano aparece neste texto como geometria expressa por uma malha viária onde os espaços, lugares e escalas se encontram definindo formas espaciais com seus contextos, funções e estéticas. E dentro dessas formas se encontram conteúdos espaciais resumidamente por “modos de vida urbanos”. O debate acadêmico sobre este entendimento levaria a construção de outro texto. Por ora, deve-se entender esta breve representação do espaço urbano.

meio ambiente; os direitos e a cidadania no espaço rural; a pobreza, os territórios e a região, experimentando modelos de elaboração, execução e gestão pública da vida urbana na cidade.

Por isso, o tema das mutações associa-se neste trabalho à ideia de intervenções urbanas; consideremos que tal tema constituiu uma agenda de mudanças dos comportamentos institucionais, assim como o esforço gestão urbana sendo experimentada no campo das políticas públicas e dos pactos federativos.

Para pensarmos “contexto e tema”, consideremos as preposições deste artigo teórico:

- ♦ o contexto das intervenções proposto por Vargas; Castilho (2005)³ sofre mutações nos anos 2000 no tocante às intervenções sociopolíticas no espaço da cidade. Por isso, surgem confusões semânticas⁴ no interior do Estado, do ensino e da pesquisa ao considerar tipologias de intervenções urbanas um conceito que orientam o financiamento às transformações dos espaços construídos da cidade, ou ainda, a serem construídos;
- ♦ a possibilidade de se pensar a confusão semântica significa, no texto em questão, assumir que a intervenção não se trata de um conceito, mas sim de uma definição, sendo que o conceito está expresso no plano e projeto urbanístico, e a intervenção na materialidade do ambiente construído conhecidas pelo prefixo “RE”: revitalizar, requalificar e reabilitar;
- ♦ por fim, a intervenção seria o desenho urbano sendo detalhado por uma função ergonômica conduzida pelo conceito de plano e projeto urbano. Se o esforço a este entendimento conceitual estiver claro, pode-se (re)pensar a ampliação do campo empírico sobre as semânticas sendo utilizadas a partir dos anos 2000. Podemos ensaiar algumas novas tipologias: restaurar, renovar, reinventar, preservar, conservar; (re)urbanizar, (re)estruturar, regularizar, reinventar, transformar, fazer e refazer, entre outros termos usados pelo poder público e o ensino em arquitetura e urbanismo;
- ♦ Por fim, há o entendimento de que o planejamento urbano, ao aplicar instrumentos do Estatuto da Cidade, já deve delimitar os espaços às

3 Autoras do livro *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*, bastante utilizado em debates e produções acadêmicas sobre o tema da intervenção em espaços urbanos.

4 Quando o espaço é revitalizado, requalificado, renovado, regenerado, recuperado, conservação, reabilitado? Quais são os objetivos, estratégias e resultados de cada ação? Qual é a diferença contextual de cada situação para qual se direcionam estes tipos de intervenções? Trata-se aqui de definições ou de conceitos? Se estas terminologias significam intervir, portanto, alterar o espaço urbano, como então significar o entendimento de urbanizar, reurbanizar, qualificar paisagens, reestruturar, regularizar, construir, habitar e outros? As primeiras terminologias dão conta dos sentidos de uma intervenção na periferia? Ou então, nos territórios de pobreza no interior dos estados da Federação? Talvez nos tipos de espaços na Amazônia? Essas são algumas questões que norteiam o entendimento do que chamei de “confusões semânticas”.

transformações por financiamentos urbanos. Isso tem sido comum pelo uso do instrumento “Operações Urbanas”, sejam estas consorciadas ou simples. São elas, porém, que devem delimitar espaços urbanos para financiamentos urbanos através de planos e projetos urbanos, onde as intervenções em forma de desenho urbano aparecem para aplicar a ergonomia dos lugares da vida pública. Portanto, nota-se um equívoco no ensino de Arquitetura e Urbanismo ao elaborarem projetos urbanos como “intervenções urbanas” sem considerar como deve funcionar a aplicabilidade do planejamento urbano através deste e outros instrumentos urbanos e ambientais, além de sua associação com as políticas urbanas e sociais. Neste caso, torna-se evidente que os projetos relacionados ao restauro além do edifício, atingindo o espaço urbano, também entram no escopo de uma operação urbana.

Sendo assim, este artigo aponta para a confusão semântica neste tempo de mutações na sociedade urbana, na institucionalidade, na ação governamental e na perspectiva de uma outra realidade urbana, considerando mudanças e permanências no entendimento teórico do que sejam planos, projetos e intervenções no campo do urbanismo e do planejamento urbano.

Por fim, recomenda-se ler as conclusões depois desta introdução e depois retornar aos demais itens que podem ser lidos sem uma ordem cronológica, a ordem de leitura após introdução e conclusão irá cercear o campo empírico, as premissas e as proposições conceituais. Gerando, pois, polemicas e por outro lado, permitindo outros ângulos de análise, pois este artigo não se trata de uma proposta determinista, mas provocativa.

2 Projeto urbano como um sistema de objetos e um sistema de ações

Se entrarmos no currículo Lattes de pesquisadores em urbanismo, encontraremos no resumo um tipo de frase mais ou menos assim: “dedica-se ao tema dos projetos urbanos”. Se procuramos artigos analisando os impactos diversos de obras da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, encontraremos inúmeras artigos referindo-se a projetos urbanos no sentido de que o projeto arquitetônico é o centro de uma ação transformadora do espaço urbano. Aí fica em questão: o que é uma arena esportiva? Sua função é a de um projeto urbano? Ou sua função é a de limitar, ampliar e conduzir um projeto urbano? Mais ainda, o espaço externo à arena é um espaço público construído por concepções urbanas e paisagísticas? (Caso o seja, o projeto urbano qualificaria paisagens externas da arena gerando níveis de urbanidade diferentes?) Tendo isso em vista, podemos construir premissas e conclusões a partir do conceito

miltoniano de espaço⁵, como sendo um sistema de objetos (fixos) e um sistema de ações (fluxos), separados entre si, mas indissociáveis em uma análise social e política. Colocando em questão a frase apontada anteriormente por pesquisadores do tema projetos urbanos, mas pesquisando com maior ênfase os projetos de arquitetura. Ora, se abandonarmos a premissa de que o projeto urbano é todo o ambiente construído e a arena de futebol um tipo de ancora, observaremos que o projeto urbano envolve a vida do espaço público, do cotidiano da cidade, das formas de uso e apropriação, ampliando-se para o entorno imediato, o bairro, os bairros, a cidade, as cidades, a região etc., portanto, a legibilidade e a imaginabilidade de um projeto urbano. Se pensarmos assim, o que é a arena de futebol, senão um objeto fixo no espaço tempo sem relações cotidianas e sim passageiras, conforme tempo do jogo de futebol. Assim, pode-se pensar que o projeto urbano possui um sistema de ações diferentes do observado em dias de jogos, colocando em dúvida a visão encontrada em publicações de que aquele objeto fixo (arena de futebol) seja o centro ao debate acadêmico relacionado a financiamento, transformação e construção de projetos urbanos. Se assumirmos tal perspectiva, negaremos o espaço como coisa pública, construído de forma abstrata pelo cotidiano. Este cotidiano aconteceria com ou sem uma arena de futebol; do contrário, algo no interior da sociedade onde o ser humano é um ser social estaria sendo alterado de forma muito significativa. Não estaríamos buscando uma reflexão teórica sobre conceitos e definições no contexto de mutações urbanas. E sim uma reflexão da vida pública conduzida apenas pelo objeto arquitetônico. Assim, a questão se amplia, colocando em dúvida esta ideia de uma arena de futebol como objeto responsável pelas ações e práticas na esfera pública. Mais do que isso, a dimensão da vida humana onde os coletivos se encontram define tipologias diversas a essas ações e práticas sociais, levando em conta os usos e paisagens de espaços públicos.

Assim, este trabalho parte dessas premissas confusas do que seja o conceito de projeto urbano, do que seja um objeto fixo entre outros objetos fixos, formando um sistema de objetos; do que seja a vida urbana e seus vínculos com o espaço público no jogo de relações trabalho, moradia e cidade. Assim, o que seria de fato o interesse deste debate nos anos 2000? O projeto urbano ou os impactos negativos ao espaço urbano e ambiental, às formas de governança, às políticas públicas etc., ou seja, o lugar destes projetos em um debate acadêmico sobre modelos de gestão social e urbana? Ora, não parece consistente estudar os projetos a partir do campo empírico das ações públicas em torno de eventos conduzindo financiamentos urbanos materializando os planos, projetos e intervenções. Formando o campo empírico dos projetos urbanos

5 Usamos a definição mais breve de Milton Santos (1996, 2000a) sobre o que seja o espaço geográfico. E, em nossa interpretação, o mesmo conceito se aplica a diferentes escalas urbanas. Para ele, o espaço é um sistema de objetos (fixos) e o sistema de ações (fluxos), sendo que o sistema de objetos é separado do sistema de ações, embora, em uma análise social e política em busca de teorias válidas da sociedade, os dois sistemas são indissociáveis.

concebidos para serem usados, vividos e praticados no cotidiano da cidade. Esta breve problematização considera a superficialidade de publicações que, em medidas diferentes, deixam transparecer a dificuldade semântica e metodológica de como discutir a gramática de projetos urbanos e edifícios arquitetônicos, cada qual com sua função dentro do mesmo limite de financiamento. Para tal, foram analisados trabalhos de autores como: Ramalho, (2012); Oliveira, 2013; Leal-Lahorgue, Cabette (2013); Firkowski et al, (2014); Jennings, (2014); Sánchez et al. (2015); Rovati, (2015); Santos Junior et al (2015); Nobre, (2016) e Richter (2018). Eles possibilitam tecermos essas premissas e evidências dos projetos relacionados aos eventos esportivos como projetos urbanos apenas pelo fato de estarem no urbano e por causarem impactos entendidos apenas por uma perspectiva: as ambiguidades. Configura-se, portanto, uma confusão semântica, ou seja, não se sabe exatamente qual é o campo empírico nem qual ou quais objetos estão sendo analisados, ou ainda por qual procedimento metodológico. Assim, parece-nos possível indicar que o pensamento miltoniano de um sistema de objetos e um sistema de ações possa levar pesquisadores a encontrarem as categorias adequadas em suas pesquisas.

3 Operações Urbanas um campo empírico do que seja plano e projeto urbano

Tornou-se comum na trajetória do ensino do urbanismo a prática dos diagnósticos urbanos momento anterior às ideias viáveis ou utópicas a uma realidade urbana precária e deteriorada. Estas duas palavras parecem sinônimas, mas não são. O espaço urbano precário é aquele onde os serviços urbanos são ofertados de modo insatisfatório. Desfigura-se, aí, o sentido da qualidade de vida urbana e, a cada dia, sem a intervenção do Estado, ela torna-se mais instável, ou seja, torna-se um espaço obsoleto para a vida urbana. Este é o caso da chamada “Cracolândia” em São Paulo, SP, ou da Vila Torres em Curitiba, PR. Ou ainda, do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) no Rio de Janeiro, RJ, ou ainda, a a maior periferia da Metrópole de Curitiba na Cidade de Piraquara, a mancha urbana denominada de “Guarituba”. Consolidada pelas famílias de baixa renda do interior do Estado com familiares presos no Complexo Penitenciário Estadual.

A precarização é a representação de espaços que a vida urbana expropriou, pois em seu processo trouxe formas de enfraquecimento da dimensão pública da vida coletiva dos moradores e seu entorno imediato, criando tentáculos entre escalas do espaço urbano e dimensões da vida coletiva. Se o objeto é precário, torna-se indesejado, e isso pode levar o objeto a se deteriorar. Ou seja, representa-se o objeto como diluído, estragado, danificado, portanto, sem valor de uso ou valor de troca para a cidade, a vida pública e a história. Dos exemplos citados, a Cracolândia é um exemplo onde o ato

de precarizar e deteriorar são realidades, enquanto nos demais exemplos, isso acontece em tempos e espaços diferentes. As duas expressões se aplicam no caso da Cracolândia, por exemplo. Mas, dificilmente se aplicam na mesma dimensão (imensurável) em espaços urbanos outros sob a necessidade de um projeto urbano.

O ato de precarizar tem início quando o Estado deixa de priorizar um determinado espaço urbano onde vivem classes de baixa renda. Nesse sentido, os demais atos citadinos parecem desaparecer, retornando os atos próprios das ocupações irregulares de onde vieram. Em geral, tais atos se expressam pela ausência de cuidados com o espaço da moradia nos entornos, além da falta de higiene. Quando a população perde vínculos com o lugar, ele passa por um rápido processo de diluição de suas características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas. O lugar se torna como um típico casebre do início do século XIX ou a paisagem dos cortiços de Aluísio Azevedo.

Assim os estudantes, arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, geógrafos e engenheiros têm enxergado os espaços a partir da ideia difundida no interior do Estado – a ideia de intervenções urbanas. As intervenções implicam em ações formadas pelo prefixo “-re”: revitalizar, requalificar e reabilitar. No que diz respeito aos centros urbanos, entende-se os contextos de intervenções urbanas a partir dos atos de renovação, preservação e reinvenção. Contudo, esses três atos foram pouco discutidos quanto a suas consensualidades e dissonâncias. Utiliza-se muito mais a terminologia da revitalização urbana. Nem mesmo os centros urbanos escaparam desse devaneio; a todo tempo aparece em pesquisas diárias o termo “revitalização do centro x”, ou ainda, “revitalização do edifício y” e por fim, “revitalização ambiental do rio z”. Evidenciando que este tipo de intervenção é a referência imaginável de quase toda ação pública ou privada alterando o espaço urbano.

A questão observada no dia a dia dos professores, estudantes e projetos públicos, além dos discursos de governos, é a dissonância por trás dessa terminologia do contexto da forma urbana ou em edifícios. O Edifício JK do Oscar Niemeyer em Belo Horizonte, MG está passando por uma reforma de sua fachada. Uma empresa de engenharia retira as esquadrias e coloca novas. Não há premissa alguma que isso é uma intervenção urbana tradicional. Mas a placa com os valores do financiamento refere-se a uma “Revitalização do Patrimônio Histórico” municipal. O mesmo contexto acontece com um prédio do início do Século XX no centro de Belo Horizonte, MG – o Minascentro. O edifício histórico, patrimônio cultural e artístico passa por um projeto ao que parece sem relação alguma com restauro considerando a forma como estão tratando as fachadas por pinturas deslocadas de seu contexto como obra de arte na cidade. E, também, a placa com as informações da obra refere-se a uma revitalização. Na prática seria uma reabilitação do objeto por projetos de restauro associado a uma política de preservação e conservação dos bens públicos tombados. Se estas confusões existem no interior do Estado financiando os projetos, pode-se concluir que a

confusão semântica possui uma raiz com tentáculos entre ensino, pesquisa e extensão. Migrando para o interior do planejamento de planos, políticas e programas de investimentos públicos no espaço urbano. Ou seja, há de se esclarecer o que significam os termos no tempo presente, como articulam a realidade diagnosticada, quais seus objetivos e diferenças. Além disso, como eles se transformam ao longo do tempo. A questão central aqui é: quem os viabiliza? Se é o Estado, os conceitos precisam ser bem definidos para que os objetivos de uma ação pública conduza de forma eficaz investimentos. E que os efeitos deste investimento possibilite o despertar de valores às práticas da vida coletiva. Se é a iniciativa privada, o jogo de interesses muda, pois há mais interesse no financiamento urbano para valorização da terra urbana, seus edifícios e seus usos. Conferindo valor de uso e valor de troca pelos quais os lucros e expansão dos capitais e das empresas se alimentam.

O Estado, com seu poder político, financia transformações no espaço urbano buscando qualificar uma cidade para seus habitantes, abertura aos negócios e a prosperidade para as classes sociais, pelo menos é a marca do seu estatuto político. A segunda premissa é que este financiamento sempre envolve urbanistas que pensem os planos urbanos de acordo com o planejamento da cidade além do plano diretor. A terceira premissa considera que o planejamento urbano pelo plano diretor já delimitou as áreas prioritárias aos projetos urbanos. E denominou estas áreas como “Operações Urbanas”. O município de São Paulo parece ser o que mais tem definido as OP em seu plano diretor e revisão de suas ações políticas na cidade. Mas elas sempre são definidas a partir da ideia de intervenções em uma área específica com grandes problemas urbanos, ambientais e sociais. O financiamento urbano, ademais, prevê sempre um projeto urbano de transformação urbanística pela associação entre o Poder Público (coordenador), iniciativas privadas (financiadores) com interesse na terra urbana e em imóveis com valor de uso e a comunidade (os impactados). Assim, pode-se concluir que as intervenções urbanas não constituem uma ideia válida para a delimitação, definição e conceituação, pois o que define a área e seu tratamento é o conceito de projeto urbano. A intervenção é acompanhada por um plano urbano de ocupação que conduz todo processo de verticalização, diversidade de usos, participação social, projetos de arquitetura pública, mobilidade urbana, transporte público, acessibilidade e qualidade ambiental. Geralmente, pela alteração legal do zoneamento, os índices urbanísticos e densidades urbanas alteram, e com eles o valor de uso e valor de troca da terra e dos imóveis urbanos.

Sendo assim, não parece coerente o ensino debruçar-se sobre a ideia de que tudo é revitalização, seja em qual for a escala. Antes, tudo deve ser conduzido pelo plano diretor articulado às demais políticas setoriais, estaduais e nacionais. Por isso, o entendimento deste artigo é o de que as OP são aquilo que regulamenta o espaço a ser diagnosticado antes de qualquer premissa; se algo não está no Plano Diretor, é preciso

entender o porquê disso. Se está, deve ser usado no cotidiano acadêmico, evitando uma formação deslocada da realidade da cidade e do poder público.

4 A lacuna em meio ao contexto

Sabe-se na arquitetura e urbanismo que o contexto das intervenções ficou mais conhecido por ações em centros urbanos, sobretudo no que diz respeito a seus objetivos, suas estratégias e seus resultados. Isto é, conhece-se as ideias de intervenção dentro da história das ideias: o período de renovação urbana (1950-1970), de preservação urbana⁶ (1970-1990) e de reinvenção urbana (1980-2006), conforme definiram Vargas e Castilho (2005). Entende-se que a pesquisa das autoras mencionadas em torno de centros urbanos não chega às fronteiras de realidades outras. No caso dos anos 2000, é evidente que as políticas sociais e econômicas organizaram o cenário de intervenções em múltiplos espaços urbanos e regionais. Daí a importância deste trabalho, pois um conjunto de publicações tem reforçado a ideia intervenção urbana como conceito político e urbanístico (ver BONDUKI, 2010; GAGLIARDI, CLARISSA, 2012; MEMOLI, D'ARC, 2012; ARANTES, 2015; NOBRE, BASSANI, 2015; VARGAS *et alli*, 2017). Isso dá ensejo a certa confusão semântica quando se fala em intervenção urbana como sendo apenas projeto urbanístico sem relações com a concepção de um plano idealizado por um desejo político quanto ao meio urbano, outras vezes sendo apenas uma ação política sem efetividade na prática, ou ainda, a intervenção como programa de governo.

Nesse sentido, é importante retornar a ideias e contextos relacionados às intervenções em uma perspectiva histórica do urbano e da cidade⁷. Em meados de 1970, intervir em centros urbanos através de uma ação pública, privada ou conjunta ganhou a definição conhecida como os “três -re”: revitalização, requalificação e reabilitação urbana. Por meio de tais formas explicaram-se financiamentos públicos e privados, no espaço urbano conforme contexto arquitetônico, urbanístico e paisagístico (KÖHLER, 2008). Mesmo assim, uma lacuna parece evidente quando observamos a ideia dos “três -re” após o Estatuto da Cidade, apesar de Vargas e Castilho (2005) considerarem a reinvenção urbana de 1980 a 2006, e Köhler minuciosamente apresentar os seguintes contextos de intervenções: “áreas centrais degradadas, conjuntos arquitetônicos deteriorados e espaços portuários e industriais subutilizados,

6 É importante compreender que a terminologia da reabilitação de centros históricos é bem conhecida, difundida e estudada em países colonizados, com suas cidades coloniais e centros construídos conforme lógicas dos países colonizadores.

7 Deve-se observar que o termo cidade está sendo usado como espaço subjetivo das relações humanas no espaço geométrico urbano. Portanto, essa separação deve ficar clara, evitando confusões conceituais do que são cidade e urbano. A cidade é a totalidade de conteúdos sociais e políticos, enquanto o urbano é a fração do espaço físico onde as relações humanas acontecem.

cada vez mais presentes em políticas públicas de planejamento urbano na América Latina e no Brasil” (2008, p. 1).

A realidade urbana brasileira passou por um amplo diagnóstico urbano, social, econômico, ambiental e regional muito bem elaborado nos anos 2000 no contexto do Ministério das Cidades, do Meio Ambiente, da Integração e da Agricultura, além de outras instituições. Ademais, a formulação de políticas, planos e programas considera outras situações e ideias de intervenção em sistemas urbanos e ambientais (STEINBERGER, 2013). O centro e outras áreas urbanas com valores importantes para a memória social prevalecem juntos a espaços outros que a urbanização brasileira conformou desde a industrialização (BONDUKI, 2010).

Isto é, surgiram ideias diferentes do que seja alterar a realidade urbana, diferentes da ideia de qualidade de vida, pautadas em torno de temas como: habitação social, assentamentos precários, ocupações em áreas de risco, urbanização e reurbanização, grandes projetos de arquitetura, turismo, lotes e quadras urbanas, rios urbanos, degradação ambiental, ocupações irregulares, fauna e flora e outras expressões como território e pobreza.

5 Mutações urbanas

O plano é o ato de organizar saberes sob condições conceituais constituídas pelo trabalho do pensamento. Ademais, o urbanista, seja aquele utópico, seja aquele realista preocupado com a técnica e a viabilidade econômica, sempre desenvolverá uma reflexão acerca da relação entre espaço e homem, homem e espaço e, por fim, do espaço dentro do tempo, o qual molda o espaço no interior da sociedade.

Em termos técnicos, o plano é uma política pública dentro de uma estratégia de Estado – o planejamento urbano – para um “pedaço do território”⁸ onde ações e práticas sociais dependem de boas práticas urbanas.

Para melhor exemplificar nosso argumento central construiremos uma analogia do corpo como cidade, da alma e consciência como o projeto urbano e por fim, as ações e práticas corporais como resultados das constantes intervenções no corpo. Assim, imaginemos que o plano seja o corpo com seus membros e órgãos prontos

8 Pedaços do território é uma categoria de análise usada na sociologia contemporânea, sobretudo por Ana Clara Torres Ribeiro, para se referir às técnicas da vida social de jovens que usam, vivem e praticam o território. Em sua abordagem presente, em distintos textos, existe a totalidade do espaço tal como proposta por Milton Santos em seu livro de 1900 de mesmo título. Dentro da totalidade existem os pedaços com seus conteúdos. Ora, poder-se-ia, como urbanista, chamar isso de forma urbana, mas não se assume interesse por este debate geométrico da morfologia urbana, antes, nosso interesse se volta às formas e conteúdos espaciais. Essa expressão pode ser encontrada na palestra de Ana Clara Torres Ribeiro que abriu o *III Seminário Nacional Metrópole: governo, sociedade e território*, 2010, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkgJfmb2VUU>. Acesso: setembro de 2018.

para funcionar. Falta-lhe algo – uma alma e uma consciência encarnada para que possa sentir, ouvir, ver, falar e tocar. O plano desenha o arranjo do espaço urbano por uma lógica subjetiva – o desejo do espaço moldando a vida social – e por uma lógica racional objetiva – como, quando e de qual maneira deve funcionar o espaço. Mais ainda, como, por quê, por quem, quando o espaço será usado, vivido e praticado? Portanto, ele se constitui como um momento de reflexão sobre materialidades e imaterialidades, sobre o tangível e o intangível, o visível e o invisível, a ilusão e a desilusão, a razão e a emoção e assim por diante. Por isso, o plano é uma política pública; neste contexto, o espaço deve ser delimitado pensando a cidade como uma totalidade espacial, com um sistema de objetos que movimentam as dinâmicas urbanas e, por um sistema de ações que “anima” e dá sentido à cidade por sua fluidez entre os fixos. Quando se usa a expressão “delimitado”, entende-se que os espaços a terem seus planos urbanos devem ser definidos de acordo com a leitura técnica em um plano diretor. Estes espaços devem possuir conteúdos espaciais importantes para a cidade ao ponto de o Estado financiar sua transformação e compreender que a delimitação é uma Operação Urbana, prevista em legislação federal e regulamentada por legislações municipais. Ora, o plano conceberá a estrutura, a forma e função da Operação Urbana e, portanto, a possibilidade de o corpo se materializar.

O projeto urbano é justamente a forma pela qual o financiamento materializará ideias, conceitos e princípios teóricos construídos na concepção do plano, portanto, se trata da alma e da consciência do corpo. Por isso, o urbanista buscará pelo desenho, pela técnica e por seus sentidos artísticos, instituir ou redesenhar uma forma espacial abstrata – a coexistência. Nela se encontra a vida urbana, as ações e as práticas sociais. Se no projeto urbano apreende-se o sistema de ações, portanto, a alma e a consciência buscam um corpo para existir no tempo e no espaço. A resposta será sempre um desenho carregado de desejos ante experiências espaço-temporais.

Sendo assim, não parece mais necessário a analogia das transformações urbanas como “intervenções urbanas”. Em uma ação do Estado, o conceito deve ser entendido pelo plano e o projeto onde o urbanista exerce sua função social capaz de moldar comportamentos sociais pelo espaço concebido via objetividades e subjetividades. E, assim, as intervenções significam o ato da minuciosidade do desenho em suas finitas particularidades. Por isso, não se trata de um conceito, mas sim de uma definição do trabalho técnico voltado à ergonomia do espaço e seus elementos em um processo de decisão construtiva, econômica, viável e de execução.

Esta compressão teórica perfaz o esforço introdutório deste artigo de compreender polêmicas entre pesquisadores do urbano, embora não se possa pensar a cidade contemporânea reforçando ideias clássicas em período de mutações urbanas. Assumir uma posição assim seria negar a indissociável relação cidade e sociedade. Mesmo que o artigo tenha um caráter introdutório sobre o tema, em sua abordagem da

cidade contemporânea, foram postas questões do contexto, proposições que neguem legados anteriores e, portanto, a proposta de outra possibilidade de ideias. Quando se trata do contemporâneo, os mantras usados no urbanismo não possuem força política, pois no interior da sociedade em mutação novas vontades políticas surgem, desejando outras experiências por meio de novas interpretações da vida social, possíveis apenas pelo espaço urbano com suas formas e conteúdos espaciais a serem instituídos no campo da experiência.

Este argumento considera a premissa de um amplo contexto de mudanças na sociedade, nas políticas, nas cidades e na vida urbana. (os três “-re” e o último contexto⁹ observado por Vargas e Castilho, 2005). Além disso, o constante uso do termo delimita mais ainda indeterminações conceituais a partir deste breve contexto anteriormente descrito. E, ao que parece, ele começa a ser discutido no âmbito deste artigo, pois não se encontrou outra bibliografia com uma reflexão próxima ou similar.

Se pesquisarmos no Google por “revitalização urbana”, obteremos vastos resultados em *blogs e raros trabalhos científicos e, quanto encontrados referem-se a reabilitação de centros históricos em um contexto anterior aos anos 2000*. Porém, no tocante a trabalhos científicos, ou que, pelo menos, se proponham a um sentido descritivo desdobrando-se em hipóteses e questões de pesquisa, o mais evidente e usado em cursos de graduação é o de Pasquotto (2010), de título “Renovação, Revitalização e Reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas”. Mesmo ele trata-se de um breve texto sem teor teórico e metodológico, onde cita-se alguns autores que em algum momento fizeram referência ao prefixo - re. Isso não significa, porém, que o autor fez uma pesquisa a respeito e, por isso, conforme as premissas, chegou a conceituar os termos relacionados à alterações ou construção do espaço urbano. Na verdade, este tem sido um erro presente em textos de arquitetura onde cita-se autores de forma direta e indireta sem que estes autores sejam pesquisadores do tema. Ou seja, valendo-nos do pensamento filosófico de Karl Kühn, podemos entender a dimensão da falsificação de um dado conhecimento baseado apenas no empirismo. Daí a necessidade de termos cuidado com a análise social e política do Brasil após os anos 2000, com os contextos, as políticas, as formas de financiamento urbano e o retorno da cidade ao debate político e ideológico. Isso tende a construir outro campo empírico onde a ideia de intervenções urbanas parece deixar de ser a expressão central do debate para planos e projetos urbanos, considerando que as reviravoltas dos anos 2000 possibilitaram à academia construir importantes interpretações conceituais sobre urbanismo, planejamento urbano, desenho urbano e gestão urbana.

Ultramari (2019) considera que no atual momento da história urbana brasileira presenciamos uma experiência em formulação que diz respeito às ideias agregadas nas

9 Como citando anteriormente, o último contexto representa o recorte temporal de 1980 a 2006, denominado “reinvenção urbana”.

palavras – as leis. Com isso, proporem uma outra experiência tecida a longo prazo – a da gestão urbana. Se nos tempos pretéritos havia o ideal da intervenção pelo desenho de espaços, conduzido pelo discurso de melhorias e qualificações urbanas sem planos e normatizações claras, parece evidente no atual momento da história o desejo de que essas melhorias passem por um pensamento coordenado pelas teorias do urbanismo e do planejamento urbano antes de passar pela técnica do projeto, pelo desenho urbano. Assim, a gestão urbana vai se definindo como experiência pública aplicando leis em processos de intervenção no meio urbano, ambiental e regional. Isto é, estamos em um momento onde o pensamento e as palavras se sobrepõem ao projeto, ao desenho e à técnica, superando momentos da história onde o arquiteto detinha o poder do desenho enquanto dispositivo aos traçados e composições formais do urbano.

Isso se altera após o Estatuto da Cidade Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 desencadear ações públicas ao desvendamento da realidade urbana brasileira. Deu-se também por esforço dos municípios e regiões metropolitanas com a elaboração, implementação e avaliação de políticas, planos e programas. O esforço tem facilitado entendimentos da realidade regional, rural, territorial e ambiental, mesmo que os fatalistas¹⁰ vejam nele uma mera incapacidade do Estado e da sociedade civil em lidar com o urbanismo e o planejamento urbano e regional. Graças a este invólucro, tem ficado claro ao ensino, à pesquisa e à prática da gestão urbana a distinção elaborada por Ultramari (2009) de que o urbanismo é a ciência do urbano e da cidade, a realidade urbana é seu objeto de estudo. Sendo que, o urbanismo deve ser entendido como ciência, área do conhecimento, disciplina, profissão, prática e técnica no que desrespeito ao papel do urbanista e do planejador urbano para com a sociedade. Fora do campo da ciência e da pesquisa, o urbanismo pode ser entendido apenas como disciplina ensinada em cursos de graduação e especialização. Assim, ensina-se o urbanismo pelos planos e projetos urbanos, como sendo, o ato de intervir; o planejamento urbano, pelo ato de planejar, pensar e organizar; o desenho urbano o ato de detalhar projetos urbanos em escalas e dimensionamentos ergométricos e; pela gestão urbana o processo de implementação, monitoramento e avaliação dos planos e projetos urbanos (ULTRAMARI, 2009).

Nisso, o urbanismo enquanto projeto está mais próximo daquele que o conduz – o planejamento urbano; e mais próximo do urbanismo está o desenho urbano que, por detalhar o projeto, distancia-se do ato de planejar; enquanto a gestão urbana funciona associada ao planejamento e ao urbanismo.

Assim, contra o pensamento fatalista, entendemos a importância do esforço público com amplos diagnósticos e elaboração de políticas, planos e programas,

10 Aqui temos o entendimento de pesquisadores pessimistas ante a ideia de novo desenvolvimentismo dos anos 2000, no tocante ao desenvolvimento urbano. Ou ainda, de críticos opositores às políticas urbanas e à forma de financiamento público das transformações no espaço urbano, da participação social e do planejamento urbano.

possibilitando uma melhor organização dos discursos e ações públicas orientadas pelos conceitos de urbanismo e planejamento urbano. Desse modo, evita-se ações e pensamentos embaralhados, uma vez que os conceitos estão em desordem. Tal desordem é própria do crescimento urbano, da industrialização e a ideologia do progresso.

Outro ponto de inflexão na construção deste cenário foi a criação do Ministério das Cidades, registrada em documentos primários no *Portal Capacidades*¹¹, onde se encontra uma ampla análise de realidades e dimensões do fenômeno urbano brasileiro. Colocando a gestão urbana ao centro do debate sobre desenvolvimento urbano enquanto política de Estado através dos financiamentos urbanos.

Assoma-se, ainda, a criação do fundo e sistema de habitação, respectivamente; os planos e políticas nacionais: saneamento, resíduos sólidos, mobilidade urbana e transporte e acessibilidade, e a definição de programas políticos à intervenções urbanas e ambientais (como em áreas de risco, alagamento, desmoronamento; a mobilidade urbana não motorizada) e a regularização fundiária passando por amplo processo, não apenas de cariz judicial mas também de urbanização, tendo como eixo condutor o planejamento urbano e ambiental previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001) e a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981). Portanto, aqui temos a nova institucionalidade¹² que constrói experiências políticas e de gestão “sonhadas” por urbanistas e planejadores urbanos e ambientais.

Sendo assim, os dois primeiros decênios do atual período histórico foram marcados pelo combate à pobreza, pelo crescimento social e econômico, pelo financiamento urbano-regional e ambiental. Este último esteve associado ao interesse por questões ambientais das bacias hidrográficas e dos recursos hídricos; mais ainda, pela conservação e preservação dos biomas nacionais (STEINBERGER, 2013).

No escopo das mutações da realidade urbana brasileira, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, considera investimentos regionais através dos eixos: medidas de infraestrutura, incluindo a infraestrutura social, como habitação, saneamento e transporte em massa (o principal bloco); medidas para estimular crédito e financiamento; melhoria do marco regulatório na área ambiental; desoneração tributária; medidas fiscais a longo prazo (PAC, 2019).

Este programa retomou a ideologia do progresso, do desenvolvimento e crescimento através da integração regional e dos investimentos em urbanização e

11 Criado pelo Ministério das Cidades com o objetivo de oferecer cursos de formação relacionados às políticas de planejamento urbano. Continua em 2019 sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional. No *site* (indicado a seguir) é possível acessar uma biblioteca *online* com vários tipos de documentos que contam a História das políticas urbanas no primeiro decênio deste século. Disponível: <http://www.capacidades.gov.br/>. Acesso em: agosto de 2019.

12 Criação de instituições cujas missões relacionam-se com os temas clássicos tratados nos estudos urbanos: Ministérios da Cidade; Agricultura; Pesca e Abastecimento; Integração Nacional e Desenvolvimento Social.

infraestruturas diversas, colocando em questão no curto tempo da ação governamental o lugar do urbanismo e do planejamento urbano em processos decisórios.

Já o PMCMV consolidou tipologias de desenho urbano em cidades brasileiras, mas o que interessa é quando este programa se consolida na História urbana como uma intervenção sociopolítica sem relações claras com o conceito de plano e projeto urbanístico, sendo, portanto, apenas uma ação com objetivos definidos para determinado fim.

No mesmo sentido, houve o contexto dos grandes projetos urbanos de arquitetura modelando o espaço urbano e seu entorno imediato, e que qualificou conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos (como os projetos da Copa do Mundo e das Olimpíadas). Em escalas diferentes, esse cenário foi conduzido pela construção de projetos de arquitetura ou de urbanismo considerados também intervenções urbanas fora do campo epistemológico do urbanismo e do planejamento urbano.

6 Premissas e conclusões

Em nosso percurso metodológico, consideramos o processo indutivo para a formulação de argumentos; compreende-se que assim as premissas foram sendo estabelecidas ao longo do texto. Consideramos a importância de uma comunicação científica de informar aos leitores interessados no tema os argumentos centrais do artigo, para então propormos o campo empírico onde estão as premissas (no caso desta lógica de pesquisa, os argumentos lógicos). Por isso, propõe-se uma introdução teórica; não se trata aqui de tecer uma reflexão técnica, via urbanismo e planejamento urbano, de que uma área urbana deve ser delimitada pelos planos diretores e regulamentada por legislação específica, as Operações Urbanas. Os processos dentro das operações urbanas deverão constituir e instituir transformações urbanas importantes para a totalidade que é a cidade assomada da vida pública. Entre estes processos está o plano e o projeto urbanístico na condição de conceitos; o primeiro relacionado ao planejamento urbano e o segundo, ao urbanismo. Assim, a historicidade dos tipos de intervenções urbanas deixa o campo dos conceitos e definições, assumindo tons de desenhos pelos quais se propõe todo processo de gestão do projeto. Assim, o prefixo “re” deixa de ser um afixo antes do radical, ou seja, a delimitação do tipo de intervenção, como é no caso das três mais conhecidas: revitalização, requalificação e reabilitação. Isso porque, nos anos 2000, o conjunto de políticas, planos, programas e pactos federativos para o financiamento urbano (ou seja, para transformações e construções urbanísticas) redesenharam o campo empírico através de outras terminologias para dar sentido e objetivo aos investimentos. Em geral, o artigo trabalha com duas premissas e uma conclusão dedutiva:

- ♦ Há uma confusão semântica na graduação e uso indeterminado pelo poder público do termo ‘revitalizar’, empregado para qualquer ação de investimento no espaço público ou edifícios tombados;
- ♦ Há certo uso na academia e no poder público dos termos ‘intervenção urbana’ que está deslocado do conhecimento teórico conduzido pelo trabalho do pensamento do urbanismo e planejamento urbano;
- ♦ Financiamentos urbanos refletem o princípio da confusão semântica.

A primeira premissa é geral, fundamentada pelas duas premissas seguintes, mais específicas. Essas três premissas, se observamos seu conteúdo relacionadas à realidade, se tratam da mesma coisa. Por isso, partiu-se do pressuposto de uma confusão pela ausência de uma teorização ou discussão conceitual. Assim, concluímos pelo debate acadêmico proposto por Ultramari (2009) de que o plano e projeto urbano referem-se a conceitos, possibilitando outros entendimentos do que seja a intervenção urbana. No caso deste artigo, propõe-se usá-las como definição das estratégias previstas nos momentos anteriores.

O segundo argumento considera as premissas:

- ♦ Mutações urbanas nos anos 2000 (através de políticas, planos e programas) alteraram, dissociaram e associaram contextos, possibilitando um quadro teórico da lacuna de estudo: a manutenção do debate do que sejam as intervenções urbanas na trajetória das cidades pela ausência de um debate acadêmico atual do que seja esta terminologia (sobretudo no tocante a conceitos e definições de urbanismo, planejamento urbano, desenho urbano e gestão urbana);
- ♦ Financiamentos urbanos, considerando contextos diversos da realidade social e urbana brasileira, possibilitam outras terminologias materializadas através do plano, projeto e intervenções urbanas.

Assim, pode-se concluir, no segundo argumento, de que as mutações urbanas da sociedade brasileira a partir dos anos 2000 têm sido pouco discutidas e tiveram alguma ênfase com as ambiguidades dos projetos de arquitetura e dos planos e projetos urbanos da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016). Entretanto, o enfoque na dissociação entre plano, projeto e intervenção urbana não foi traçado, validando mais ainda a abordagem teórica introdutória deste artigo.

7 Considerações finais

A intervenção trabalha no nível da minuciosa relação entre homem, espaço temporal, espaço concreto e os hibridismos do urbano e da cidade. À intervenção cabe definir a materialidade do plano concebido pelo projeto, ou seja, o detalhe, as cores, os

odores, as micropaisagens, os sentidos, as tessituras, as distâncias, os planos de fundo, o perto, o longe, o tocável, o sentido, o visível, o percebido, os planos, as figuras, os significados etc.

De forma mais resumida, a intervenção é uma ação política do planejamento urbano e do urbanismo, especificada em forma de plano e projeto no interior da ação pública do Estado. Por isso, uma tal ação conduz o financiamento a fim de alterar o espaço urbano delimitado pela Operação Urbana; para alterar paisagens redesenhando o ambiente degradado; para construir o habitat enquanto forma, conteúdo e estrutura; para redesenhar ocupações urbanas à legalidade do Estado; destruir e construir; reinventar espaços históricos – arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos; redefinir infraestruturas urbanas; executar infraestruturas sociais alterando comportamentos da vida urbana; qualificar espaços comerciais, de lazer, de permanência e de passagens; qualificar equipamentos urbanos do cotidiano; dar nova vida a espaços ambientais; tornar espaços precários em ZEIS e outras possibilidades. Cada uma dessas ações requer uma tipologia de intervenção urbana que defina como ela interferirá na relação entre homem e espaço construído.

Não se pode considerar toda e qualquer forma de intervenção como revitalização ou requalificação, uma vez que os anos 2000 já trouxeram esta problematização: ações públicas no campo das PPPP aparecem com frequência como revitalização, mesmo que o contexto não tenha relação alguma com a forma de intervir no ambiente construído. Isso porque cada espaço construído, redefinido, (re)organizado ou qualificado recebe distintas terminologias que justificam a ação. Por isso, este artigo contribui para a área de arquitetura, urbanismo, paisagismo, planejamento urbano e conservação e restauro ao propor que as intervenções sejam entendidas como resultado fim da relação plano e projeto.

No campo do planejamento urbano, o plano pensa o funcionamento do espaço por mapas temáticos (mapas e cartas cartográficas), aplicando instrumentos da política urbana e ambiental. Em contrapartida, o projeto é o desígnio criativo do urbanista para pensar os sentidos de experiências subjetivas no espaço concreto pela intervenção. Ora, esse é o caso de um espaço com pistas de skates deterioradas que podem/devem continuar a existir sem alterar seu desenho concebido como plano e projeto urbano e, pela necessidade, passarão por uma “requalificação urbana”, concebida no âmbito de outro plano e projeto urbano. Assim, é possível qualificar e ampliar relações, ações, experiências e práticas sociais no espaço onde a vida urbana não deve ser mais a mesma de quando foi construído, apenas como projeto que respondia a certas demandas.

Assim, a requalificação urbana deve ser compreendida como uma intervenção sociopolítica pela qual e sem a qual a experiência do homem no espaço requalificado não se constitui como proposta pelo plano e projeto. Mas, se considerarmos outras tipologias de intervenções urbanas, ainda prevalece certa confusão semântica; não

do que seja conceito e definição, mas do que sejam os tipos de intervenções caso os conceitos não estiverem claros para o urbanista e o planejador urbano.

A confusão é processual, pois na prática das graduações e na própria pesquisa entende-se a intervenção urbana como conceito – o primeiro ato. Com isso delimita-se o processo criativo, o diagnóstico, o prognóstico, o planejamento e o projeto em si – o segundo ato. Isso termina formando uma espécie de “esquizofrenia” do urbanismo sem planejamento urbano. Espera-se que a contribuição deste artigo possa colocar no cerne da Arquitetura e do Urbanismo a dissociação entre planejamento urbano e urbanismo no cenário estabelecido em meados de 2000. E que a confusão semântica, se não for conceituada e sim definida, delineará deseconomias políticas e econômicas ao poder público, além do atraso intelectual da própria ciência da cidade e do urbano.

Por isso, tais limites devem ser encarados por este e outros resultados de pesquisa próprios da Arquitetura e Urbanismo, considerando que outras áreas possuem observações diferentes do que sejam as questões abordadas neste trabalho, como a dissociação entre urbanismo e planejamento urbano, cidade e urbano, homem e ambiente construído. Com esta introdução, evidencia-se a necessidade de continuarmos o debate por meio de uma reflexão teórica a partir de estudos de casos de Operações Urbanas com seus desenhos, memoriais e legislações, construindo assim premissas dedutivas e indutivas que permitam o desvendamento de conclusões do que sejam os prefixos “-re” e, mais ainda, quais terminologias surgem nos anos 2000, em quais contextos e leituras do Estado, por quais chaves podemos as compreender como pouco rigorosas (de um ponto de vista teórico) e, por fim, como dissociá-las.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Germana de, Faria. *Intervenções Urbanas*. Rumo à Cidade Neoliberal. 1. ed. Goiânia: EDITORA APPRIS, 2015. v. 1000. 219p.
- BAPTISTA, Dulce, Maria, Tourino; GAGLIARDI, Clarissa M. R. *Intervenções urbanas em centros históricos*. Editora: EDUC, 1º Edição, 2012, 448p.
- BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010, 376p.
- FIRKOWSKI, Olga. Lúcia. Castreghini de. Freitas.; BALISKI, Patrícia.; FERREIRA, Alexandre. Gomes. *Copa do Mundo no Brasil: entre expectativas elevadas e benefícios imprecisos*. *Turismo e Sociedade*, v. 7, p. 41-63, 2014.
- JENNINGS, Andrew et al. *BRASIL EM JOGO: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* Edição: 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2014. 88 p.
- LEAL-AHORGUE, Mario; CABETTE, Amanda. A cidade e a Copa do Mundo: projetos e transformações urbanas em Porto Alegre - Brasil. *EURE* (Santiago. Impresa), v. 39, p. 5-24, 2013.
- MEMOLI, Maurizio; D'ARC, Helene, Riviere. *Intervenções Urbanas na América Latina: Viver no Centro das Cidades*. Editora: Senac, 1º edição, 2012, 320p.
- NOBRE, Eduardo, Alberto, Cusce; BASSANI, Jorge. *Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina*. São Paulo: FAUUSP, 2015, 240 p.
- NOBRE, Eduardo, Alberto. Cusce. *Megaeventos esportivos e desenvolvimento local: os impactos da Copa do Mundo de 2014 da FIFA na Zona Leste de São Paulo*. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal. (Org.). *Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v., p. 360-388.
- OLIVEIRA, Clarice Misoczky. *Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a copa do mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre*. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional). PROPUR, UFRGS: Porto Alegre, 2013.
- ROVATI, João Farias. *Porto Alegre: urbanismo público e projetos urbanos na Copa 2014*. In: NOBRE, Eduardo; BASSANI, Jorge. (Org.). *Intervenções urbanas em áreas em transformação nas cidades da América Latina*. 1ed. São Paulo: FAU USP, 2015, v., p. 37-69.
- RAMALHO, Ana Maria Filgueira. *A Copa do Mundo no Brasil: qual legado estamos construindo?* *Revista Eletrônica Architecton*, v. 2, p. 11-16, 2012.
- RICHTER, Paulo Cesar. *COPA DO MUNDO 2018: O QUE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO EM GRANDES OBRAS*. *Richter Gruppe*, [S. l.], p. 0-0, 23 mar. 2018. Disponível em: <http://richtergruppe.com.br/copa-do-mundo-2018-o-que-levar-em-consideracao-em-grandes-obras/>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.); GAFFNEY, C. T. (Org.); RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *BRASIL: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. 542p.

SÁNCHEZ, Fernanda et al. (Org.) A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, ano 2015, v. 17, n. 1, 1 abr. 2015. seção, p. 149-154. Resenha: NOBRE, Eduardo, Alberto. Cusce.

SANTOS, Milton. *A totalidade do diabo*. (1977). Disponível: http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-TOTALIDADE-DO-DIABO-como-as-formas-geograficas-difundem_MiltonSantos1977.pdf. Acesso: julho de 2019

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível: <http://www.pac.gov.br/>. Acesso: agosto de 2019.

PASQUOTTO, Geise, Brizotti. Renovação, Revitalização e Reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. *Revista Complexus*, v. 2, p. 143-149, 2010.

ULTRAMARI, Clovis. Significados do Urbanismo. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 16, p. 166-185, 2009.

VARGAS, Heliana, Comin; PAIVA, Ricardo, Alexandre; SILVA, José, Borzacchiello da; CASTELLO, Lineu. *Megaeventos e intervenções urbanas*. Editora Manole, 1º edição, 2017.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. (Org.). *Intervenções em Centros Urbanos; Objetivos Estratégias e resultados*. 3. ed. Barueri: Manole, 2005. 337p.